

Tese associa agrotóxicos a transtornos mentais

Estudo foi feito em quatro bairros do município de Atibaia

CARLOS ORSI
carlos.orsi@reitoria.unicamp.br

A intoxicação por agrotóxicos é um dos principais fatores, entre outros, associados ao risco de desenvolver transtornos mentais entre a população rural da região de Atibaia (SP), mostra análise estatística realizada como parte da tese de doutorado “Avaliação da qualidade de vida e transtornos mentais comuns de residentes em áreas rurais”, defendida na Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp.

O autor da tese, Paulo Junior Paz de Lima, chama atenção para o fato de que seu estudo lidou não apenas com os trabalhadores rurais, que manipulam diretamente os defensivos agrícolas, mas com a população em geral. “Peguei comunidade rural, não só os trabalhadores do campo”, disse ele em entrevista ao *Jornal da Unicamp*.

“Nem todo mundo que mora naquelas comunidades trabalha na agricultura. Mas mesmo quem não trabalha na agricultura está exposto, se a aplicação de agrotóxico é feita por via área ou por máquina, sem um horário específico para acontecer. O agrotóxico chega à casa das pessoas, aos arredores das plantações/lavouras”, explicou. As áreas de estudo compreendem os bairros de Laranjal, Pedreira, Ponte Alta e Rio Abaixo, no município de Atibaia.

A tese relata que “em relação ao contato e exposição a agrotóxico, seja no processo de trabalho ou por residir próximos as lavouras, 18,9% relataram ter contato (...) 25,2% mencionaram morar próximo às plantações, sentir o cheiro durante a aplicação de agrotóxicos, puxar a mangueira para aplicação de agrotóxico por outro, permanecer próximo quando os agrotóxicos são aplicados e lavar roupas usadas durante a aplicação desses produtos”.

Quando a questão é intoxicação por agrotóxico, “13,3% mencionaram ter sofrido intoxicação. No entanto, o número dos que relataram ter se sentido mal durante a aplicação desse tipo de defensivo foi maior, 16,6%”.

PARKINSON

“Tem pessoa que não pode nem passar perto da lavoura, que tem um problema alérgico absurdo. Na tese não aparecem essas questões, porque o escopo do estudo é limitado, mas a gente vê esses problemas”, disse Paz de Lima. “Muitas vezes, os problemas relacionados a transtornos mentais aparecem e o médico do local não associa ao agrotóxico”.

O pesquisador explica que a intoxicação pode causar sintomas semelhantes aos do mal de Parkinson, entre outros. “A pessoa chega com tremedeira, você vai achar que é Parkinson. Não é, é intoxicação por agrotóxico. Está intoxicado e o médico sequer perguntou com o que a pessoa trabalha”, disse. “E não estou falando de pessoas com mais de 50, 60 anos e trabalho no campo, estou falando de garotos, jovens de 18 anos”.

Na tese, Paz de Lima escreve que “intoxicações e mortes por agrotóxicos, no contexto rural brasileiro, são problemas de saúde pública e que necessitam de maior atenção do poder público, no intuito de preveni-las”. Em 2009, o Ministério da Saúde registrou 171 mortes e 5.253 casos de intoxicação por defensivos de uso agrícola.

SEXO E ESCOLARIDADE

Quando se amplia o foco para além dos trabalhadores vítimas de intoxicação por agrotóxicos, os dados levantados na tese



Agricultor aplica pesticida em lavoura: em 2009, o Ministério da Saúde registrou 171 mortes e 5.253 casos de intoxicação por defensivos de uso agrícola

mostram que a frequência entre residentes rurais com os chamados transtornos mentais comuns é maior entre pessoas do sexo feminino (81,9% dos afetados), com idade entre 21 e 40 anos (55,4%), com companheiro (73,5%), de cor parda ou preta (51,8%), com escolaridade baixa, de no máximo quatro anos de estudo (42,2%), desempregado (45,8%), com renda inferior a um salário mínimo (34,9%), não alcoolista (79,3%), não tabagista (80,5%), não trabalhador rural (73,2%) e que mencionaram ter algum problema de saúde (60,3%).

O trabalho de Paz de Lima compara esses dados a levantamentos feitos em outras partes do país. “A prevalência de transtornos mentais comuns (TMC), assim como as taxas de alcoolismo, tabagismo, morbidades e uso de medicamento foram relativamente altas entre a população de estudo”, escreve. A prevalência de TMC na população estudada na tese, 23,4%, superou a proporção apurada num trabalho realizado entre cortadores de cana de Nova Andradina (MS), que ficou em 12%, e também a verificada na população da cidade de São Paulo, onde, em 2008, constatou-se uma proporção de 16,5% de portadores de transtornos mentais comuns entre os maiores de 16 anos.

“Os resultados apontaram que pertencer à cor/etnia branca, ser mais jovem, ser do sexo masculino, não ter problema de saúde e ter maior nível de escolaridade são fatores que podem contribuir para diminuir a chance de desenvolver TMC”, escreve o autor.

QUALIDADE DE VIDA

Além de levantar dados sobre a saúde mental, a tese de Paz de Lima buscou avaliar a qualidade de vida da população estudada. “A definição de qualidade de vida é mais abrangente que estado de saúde e capacidade funcional, pois inclui aspectos do meio ambiente que podem ou não ser afetados pela saúde”, escreve o autor.

“A discussão sobre as concepções de saúde e qualidade de vida no contexto e trabalho no campo é importante porque tem assumido um aspecto secundário, dada a urgência de outras prioridades, bem como a garantia da sobrevivência, mesmo em condições de trabalho degradantes”, diz a tese.

O instrumento escolhido para auferir a qualidade de vida, de modo mais amplo, foi um questionário de 26 perguntas desenvol-

vido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), WHOQOL-Bref. Já a qualidade de vida referente à saúde foi medida por outra ferramenta, o questionário SF-36, criado originalmente para o “think tank” americano RAND Corporation para avaliar o custo-benefício de tratamentos médicos. Trata-se de um instrumento que “vem sendo traduzido e adaptado cultural e psicometricamente por vários países, incluindo o Brasil”, diz a tese.

O autor, no entanto, chama atenção para uma dificuldade: “Quando você faz e valida um instrumento no Brasil, seja ele para avaliar qualidade de vida ou para avaliar saúde mental, esse instrumento é validado para qual população? Para a população urbana”, disse ele à reportagem. “Não é validado para a população rural. É complicado avaliar a população rural a partir de um instrumento que foi criado para a população urbana. É outro empecilho, porque não tem instrumento. Embora haja instrumentos validados em comunidades rurais fora do Brasil, no Brasil não tem, não foi validado”.

O pior desempenho de qualidade de vida, no questionário da OMS (WHOQOL-Bref), apareceu no domínio ambiental – o instrumento se divide em questões relativas a quatro domínios temáticos: psicológico, físico, social e ambiental.

“Os resultados apontaram as variáveis idade, sexo, estado civil, escolaridade, renda, tipo de posse de propriedade, queixas de problemas de saúde e uso de medicamento como associadas estatisticamente aos domínios de qualidade de vida”, diz a tese. “Fatores como idade avançada, baixa escolaridade, assim como sofrimento mental, problemas de saúde e efeito colateral de medicamento contribuem para um baixo nível de qualidade de vida”.

NEGLIGÊNCIA

A saúde mental já é negligenciada quando se fala em estudos sobre populações urbanas e, ainda mais, na população rural, disse Paz de Lima. “Quando se vai para a população rural, aí você não encontra mesmo esse tipo de pesquisa no Brasil”. Ele aponta, ainda, uma grande dificuldade em publicar trabalhos nessa área em periódicos científicos nacionais.

“E, então, a pergunta é: será que não há artigos sobre saúde mental e qualidade de vida no meio rural porque não se faz pes-

quisa, ou não se encontra artigo porque não se publica? Talvez as pessoas façam teses e deixem tudo nas faculdades. Mas mesmo nas faculdades não se encontra muito”, afirmou. “Você encontra estudos de sociologia do meio rural, mas de epidemiologia, saúde mental, qualidade de vida, quase não há”.

Ele aponta duas hipóteses para explicar essa lacuna nos estudos disponíveis: as linhas de pesquisa das universidades, já previamente voltadas para a área urbana, e o fato de a maioria dos ingressantes em programas de pós-graduação também ter origem urbana e encontrar grande dificuldade de pesquisar no meio rural. “Não é fácil fazer pesquisa na área rural”, disse. “E quando você chega a esses locais, você também tem um empecilho, dependendo do município e da prefeitura, eles não querem mexer na questão dos trabalhadores rurais, porque aí entra, entre outras questões, a questão do agrotóxico, evitada por eles”.

O texto da tese constata que “os residentes rurais, em específico os trabalhadores rurais, geralmente temem participar de pesquisas e dar informações sobre o processo de trabalho. Eles desconfiam que as pesquisas estejam relacionadas à investigação sobre emprego de praguicidas na lavoura, visto que muitos desses produtos, embora proibidos em seus países de origem, ainda são empregados no Brasil”.

Paz de Lima reconhece que seus resultados são específicos para a área estudada e não podem ser, do ponto de vista científico, considerados válidos para o Brasil como um todo. Mas considera que o trabalho pode ser importante para orientar novos estudos sobre o tema em outras comunidades rurais.

Publicação

Tese: “Avaliação da Qualidade de Vida e Transtornos Mentais Comuns de Residentes em Áreas Rurais”

Autor: Paulo Junior Paz de Lima

Orientadora: Helenice Bosco de Oliveira

Unidade: Faculdade de Ciências Médicas (FCM)